



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

COORDENADORIA DE LICITAÇÃO
Rua do Acre nº 80 – sala 604 – Centro/Rio de Janeiro – CEP: 20081-000
Telefone/Fax: 2282-8016 / 2282-8682

E D I T A L

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 115/2018

Proc. nº TRF2-EOF-2018/254

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº TRF2-PSG-2018/433 de 28.09.2018, torna público, a abertura do certame licitatório na modalidade de pregão eletrônico, **do tipo menor preço**, realizado por meio da internet, no *site*: www.comprasnet.gov.br. O certame será regido pelas disposições das Leis 8.666/93 e 10.520/02, do Decreto 5.450/05, da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, das Resoluções nº 169/2013, 183/2013 e 248/2018 do CNJ e Instrução Normativa 1/2016 do CJF, da [Portaria TRF2-PTP-2017/00110](#) de 15.03.2017 e pelas condições adiante estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	
Data: 21 de novembro de 2018	Horário (de Brasília): 13:00
Local: www.comprasnet.gov.br	

Fazem parte deste Edital:

- Anexo I - Termo de Referência;
- Anexo II - Planilha de Formação de Preços da Mão de Obra;
- Anexo III - Declaração de acordo com o artigo 3º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, com a alteração implementada pela Resolução 9 de 06.12.2005 do CNJ;
- Anexo IV - Declaração conforme Res. nº 156 de 08/08/2012 do Conselho Nacional de Justiça;
- Anexo V - Declaração de acordo com o inciso VI do artigo 2º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, alterada pelas Resoluções nº 9 e 229 de 22/06/2016 do CNJ ;
- Anexo VI - MODELO DE DOCUMENTOS IN 001/2016 CJF;
- Anexo VII - Termo de Conciliação Judicial;
- Anexo VIII - Modelo de Declaração de Contratos Firmados;
- Anexo IX - Minuta do Contrato Administrativo.

Código SIASG: 2519-4



1 - **OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de serviços técnicos de instalação, operação e manutenção (preventiva e corretiva) dos equipamentos e instalações dos sistemas audiovisuais, bem como da infraestrutura da rede de cabeamento de voz deste Tribunal e seus Anexos, com alocação de mão de obra especializada**, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I.

1.1 - O objeto desta licitação é uno e indivisível, e será adjudicado a uma única licitante.

2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES

2.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via *internet*, as empresas que **atenderem** às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação e estiverem devidamente credenciadas na **Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão**, através do *site* www.comprasnet.gov.br.

2.1.1 - A SLTI atuará como órgão provedor do sistema eletrônico.

2.2 - Para participação no pregão eletrônico, via *internet*, a licitante deverá manifestar, através de declaração virtual inserida em campo próprio do sistema Comprasnet, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório.

2.3 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no Decreto 5.450/2005.

2.4 - **Não poderão participar deste Pregão:**

2.4.1 - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

2.4.2 - Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no País;

2.4.3 - Empresas que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata, em processo de dissolução ou liquidação;

2.4.4- Empresas que estejam reunidas em consórcio;

2.4.5- As Sociedades Cooperativas de Mão de Obra, constituídas nos termos da Lei nº 5.764, de 16/02/71, tendo em vista o Termo de Conciliação Judicial firmado entre a União e o Ministério Público do Trabalho, constante do Anexo VII deste Edital;

2.4.6 - Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

2.4.7 - Empresas que estejam cumprindo penalidade de suspensão do direito de licitar, aplicada pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região;



- 2.4.8 - Empresas proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), com a redação dada pela Lei 12.120/09, observada, também, a inclusão operada pela Lei Complementar 157/2016;
- 2.4.9 - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9.º da Lei n.º 8.666/93.
- 2.4.10 - Empresas proibidas de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 72, § 8.º, V da Lei n.º 9.605/98.
- 2.4.11 - Empresas que estejam proibidas de contratar com a União, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e decretos regulamentares.
- 2.5 - A participação na sessão pública da *internet* dar-se-á pela utilização da senha privativa da licitante.
- 2.6 - Todas as fotocópias de documentos apresentados deverão estar autenticadas por Tabelião de Notas ou deverão ser apresentados os originais para conferência das cópias. Serão aceitas somente cópias legíveis.
- 2.7 - A entrega da proposta implica nos seguintes compromissos por parte da licitante:
- 2.7.1 - Estar ciente das condições da licitação;
- 2.7.2 - Assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.
- 2.7.3 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 2.8 - Considerando tratar-se de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra, conforme previsto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações e nos artigos 112, 115, 117 e 118, da Instrução Normativa - RFB nº 971, de 13/11/2009 e alterações, licitante Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP, optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser contratada, não poderá beneficiar-se da condição de optante e estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência de sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, em consequência do que dispõem os arts. 17, inciso XII, 30, inciso II, e 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.
- 2.8.1 - O licitante optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser contratado, após a assinatura do contrato, no prazo de 90 (noventa) dias, deverá apresentar cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação à



opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do § 1º do artigo 30 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

2.8.2 - Caso o licitante optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo assinalado acima, o próprio Tribunal Regional Federal da 2ª Região - TRF2, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

2.8.3 - A vedação de realizar cessão ou locação de mão de obra não se aplica às atividades de que trata o art. 18, § 5º-C, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, conforme dispõe o art. 18, § 5º-H, da mesma Lei Complementar, desde que não exercidas cumulativamente com atividades vedadas.

3 - DO CREDENCIAMENTO

- 3.1 - Para participar do pregão eletrônico, a licitante deverá estar credenciada no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do *site* **www.comprasnet.gov.br**. (art. 3º do Decreto 5450/05).
- 3.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (art. 3º, § 1º, do Decreto 5.450/05).
- 3.3 - O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF. (art. 3º, § 2º, e art. 13, Inc. I, do Decreto 5.450/05).
- 3.4 - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRF-2ª Região, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/05).
- 3.5 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica. (art. 3º, § 6º, do Decreto 5450/05).
- 3.6 - A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances;



4 - DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 4.1 - A partir da data e horário previstos no Edital, será aberta a Sessão Pública do pregão eletrônico via internet, com a divulgação das propostas de preços recebidas e que deverão estar em perfeita consonância com as exigências estabelecidas no presente edital e seus anexos.
- 4.2 - A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente envio da proposta de preços, no **VALOR TOTAL ANUAL - TOTAL DAS PLANILHAS ANEXO II A e ANEXO II B**, conforme modelo de planilha constante do Anexo II, contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via *internet*.
- 4.3 - Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA: A Proposta de Preços deverá ser encaminhada em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricadas em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:

- 5.1 - O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;
- 5.2 - Indicação do CNPJ e razão social do proponente;
- 5.3 - O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante;
- 5.4 - Indicação da pessoa legalmente habilitada a assinar o contrato ou ajuste, assim como o telefone e e-mail para contato;
- 5.5 - Descrição detalhada dos serviços, obedecidas as especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I;
- 5.6 - **Preços mensal e anual** (12 meses), cotados em REAL, com apenas duas casas decimais, em algarismo e por extenso, em moeda nacional;

A) MÃO DE OBRA / SALÁRIO				
ITEM	CATEGORIA PROFISSIONAL	EFETIVO	PREÇOS (R\$)	
			UNITÁRIO MENSAL	TOTAL MENSAL
1	Encarregado de Turma (CBO - 7301-05)	01	7.465,08	7.465,08
2	Técnico de Eletrônica ou Eletrotécnica (CBO-3132-05)	02	6.089,33	12.178,66
3	Operador de Áudio e Vídeo (CBO - 3744-05)	03	6.093,67	18.281,01



4	Emendador Linha Telefônica (CBO - 7321-10)	04	6.057,68	24.230,72
VALOR TOTAL MENSAL MÃO DE OBRA —>				62.155,47
VALOR TOTAL ANUAL – MÃO DE OBRA (ANEXO II A)				745.865,64
B) MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS				
ITEM	DESCRIÇÃO	TOTAL ANUAL (R\$)		
1	MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS (ANEXO II B)	103.764,00		
VALOR TOTAL ANUAL – MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS				103.764,00
VALOR TOTAL ANUAL DO CONTRATO (A + B)				849.629,64

5.6.1 - Planilhas detalhadas da composição do custo e formação do preço final de cada categoria profissional (remuneração, encargos sociais, insumos e demais componentes), dos equipamentos e o **valor total anual dos serviços**, conforme modelos de planilhas constantes do Anexo II deste edital;

5.6.2 - Os salários normativos, bem como os benefícios vigentes utilizados como base para preenchimento da Proposta Comercial, na data prevista para a abertura da licitação, deverão atender à Convenção Coletiva de Trabalho firmada pelo **SINDICATO DA INDÚSTRIA DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, GÁS, HIDRÁULICAS E SANITÁRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – SINTRAINDISTAL / SINDISTAL**, sendo o do Encarregado Geral, equivalente ao Grupo 01 (categoria Encarregado Geral/Supervisor), o Técnico em Eletrônica ou Eletrotécnica, equivalente ao Grupo 01 (Técnico em elétrica, Técnico em eletrônica e Técnico em Geral) o do Operador de Áudio e Vídeo ao Grupo 03 (categoria Operador de Áudio e Vídeo) e o do Emendador Linha Telefônica ao Grupo 03 (categoria Emendador Linha Telefônica / Oficial Linha Telefônica), ou legislação em vigor vigente na data prevista para abertura desta licitação;

5.6.3 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes à prestação dos serviços deverão estar incluídas no preço proposto;

5.6.4 - Os percentuais encontrados na planilha de formação de preços deverão ser preenchidos nos termos da legislação pertinente;

5.6.5 - **O valor da hora extra** dos profissionais que compõem o efetivo.

5.6.5.1 - Os valores de hora extra não integram as Planilhas de Formação de Preços.

5.6.5.2 – O licitante vencedor deverá apresentar junto com a proposta a **memória de cálculo** das horas-extras.



5.6.6 - No preenchimento das planilhas, as empresas optantes pelo SIMPLES não poderão beneficiar-se da condição de optante, devendo preencher as planilhas sem considerar o tratamento tributário diferenciado;

5.6.7 – Cópia do Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho utilizado como base para formulação da proposta.

5.6.8 - O valor da remuneração dos empregados terceirizados não poderá ser inferior ao previsto em acordo ou convenção coletiva de trabalho, ou ainda, se for o caso, ao fixado pela Administração.

5.6.9 - Os preços dos custos de vale-alimentação e de vale-transporte dos empregados terceirizados.

5.6.9.1 - O pagamento de vale-alimentação e de vale-transporte será obrigatório, ainda que não esteja previsto em acordo ou convenção coletiva de trabalho.

5.7 - **Prazo de validade da proposta:** não inferior a 60 (*sessenta*) dias, a contar da data da abertura da sessão pública deste pregão eletrônico.

5.8 - **Prazo de vigência do contrato:** 12 (*doze*) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado, na forma autorizada pelo art. 57, inciso II, da lei nº 8.666/93;

5.9 - Na hipótese de omissão dos prazos mencionados nos subitens 5.7 e 5.8 considerar-se-ão os prazos previstos neste edital.

5.10 - Depois de solicitado pelo pregoeiro no sistema eletrônico, a **proposta de preços** da empresa vencedora, contendo as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado, deverá ser atualizada e **assinada**, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou valor negociado, e enviada, no prazo de 2 (*duas*) horas, sob pena de desclassificação, através do próprio Sistema Comprasnet ou do e-mail cpl@trf2.jus.br, ou, a critério do Pregoeiro, através do fac-símile (0xx21) 2282-8016.

5.10.1 - O prazo estipulado acima é referencial. O pregoeiro poderá reduzi-lo ou estendê-lo, bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da proposta e documentos de habilitação.

5.11 - Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.

5.12 - Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

5.13 - No caso de haver divergência entre a descrição do código dos serviços no COMPRASNET e o disposto no Anexo I - Termo de Referência, o licitante deverá obedecer **a este último**.



5.14 - Serão desclassificadas as propostas que:

5.14.1 - contiverem cotação de objeto diverso daquele requerido nesta licitação.

5.14.2 - não atenderem às exigências deste Pregão.

6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

6.1 - O **Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e quanto à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

6.2 - O **Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TRF2ª Região ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

6.3 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

6.4 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da **licitante**, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

6.5 - O Pregoieiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pelo TRF2ª Região.

6.6 - Não serão aceitas propostas com valor total superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

6.6.1 - Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

6.6.2 - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do §3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.

6.6.3 - Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes, excessivos ou inexequíveis.

6.6.4 - O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

6.6.5 - Preço máximo unitário por profissional, conforme modelos de planilhas constantes do Anexo II.



7 - DA COMPETITIVIDADE (Formulação de Lances)

- 7.1 - A partir do horário previsto no instrumento convocatório, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no edital.
- 7.2 - A licitante deverá enviar proposta através do sistema eletrônico com **VALOR TOTAL ANUAL - TOTAL DAS PLANILHAS ANEXO II A e ANEXO II B**, conforme modelo de planilha constante do Anexo II, sob pena de desclassificação.
- 7.3 - Os participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 7.4 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no edital.
- 7.5 - A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.
- 7.6 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 7.7 - A etapa de lances será encerrada por decisão do pregoeiro e mediante aviso de seu fechamento iminente, emitido pelo sistema eletrônico às licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (*trinta*) minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual, será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.8 - Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública e do procedimento previsto no subitem 8.4 deste Edital, quando for o caso, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.
- 7.9 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
- 7.10 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.11 - Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (*dez*) minutos a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico: www.comprasnet.gov.br.
- 7.12 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no artigo 28 do Decreto no 5.450/05.



8 - DO PROCEDIMENTO

- 8.1 - Aberta a sessão pública, o pregoeiro verificará a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.
- 8.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO TOTAL ANUAL**, desde que atendidas as especificações constantes deste Pregão.
- 8.3 - Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 8.4 - Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não ter sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (*cinco por cento*) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:
- 8.4.1 - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (*cinco*) minutos, após a convocação realizada através do Sistema, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;
- 8.4.2 - não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 8.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 8.5 - Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, aplicam-se as regras de preferência previstas no artigo 5º do Decreto nº 7.174/2010, com a classificação das licitantes cujas propostas finais estejam entre 10% (dez por cento) acima da melhor proposta válida, para a comprovação e o exercício do direito de preferência.
- 8.5.1 - Convocam-se as licitantes para o exercício do direito de preferência, obedecidas as regras dispostas nos incisos III e IV do artigo 8º do Decreto nº 7.174/2010.
- 8.6 - Encerrada a etapa de lances e, quando for o caso, [os procedimentos previstos nos subitens 8.4 e 8.5 deste edital](#), o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do item 9 deste edital.
- 8.7 - Será declarada vencedora a proposta que ofertar o **MENOR PREÇO TOTAL ANUAL**, observadas as exigências constantes do Instrumento Convocatório.
- 8.8 - Na hipótese de a proposta de menor valor não ser aceitável, ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, verificando a sua aceitabilidade, procederá à habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.



- 8.9 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.
- 8.10 - O pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.
- 8.11 - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.12 - Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame pelo pregoeiro.

9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 9.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência da sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União;

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo CNJ.

9.1.1 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº8429/92.

9.1.2 - Constatada existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.2.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual.

9.2.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.



9.3 - DA DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- 9.3.1. - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
 - 9.3.2 - Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional demonstrando a regularidade quanto aos Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias (Portaria MF nº 358/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014, alteradas pelas Portarias Conjuntas PGFN/RFB nº 1.821/2014 e nº1400/2015 e 3.193/17).
 - 9.3.3 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;
 - 9.3.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, dentro da validade;
 - 9.3.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, dentro da validade;
 - 9.3.6 - Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, dentro da validade, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;
 - 9.3.7 - A consulta *on line* deverá comprovar que a licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.
 - 9.3.8 - Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado à licitante cadastrada e parcialmente habilitada no SICAF o direito de apresentar, via e-mail, a documentação atualizada, quando solicitada pelo pregoeiro.
 - 9.3.9 - O registro regular e atualizado no SICAF supre no que couber, as exigências previstas nos subitens 9.3.1 a 9.3.6.
- 9.4 - Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas, ainda, as DECLARAÇÕES listadas a seguir, as quais serão virtuais e deverão ser inseridas em campo próprio do sistema *Comprasnet*, na ocasião em que a licitante cadastrar sua proposta:
- 9.4.1 - DECLARAÇÃO de que conhece e concorda com as condições estabelecidas no edital e que atende aos requisitos de habilitação.
 - 9.4.2 - DECLARAÇÃO da licitante de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte e que atende, sob as penas da lei, aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios estabelecidos nos artigos 42 e 43 da referida Lei;
 - 9.4.3 - DECLARAÇÃO referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;
 - 9.4.4 - DECLARAÇÃO de Inexistência de Fato Superveniente.



9.4.5 - DECLARAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA, de acordo com a Instrução Normativa nº 2 – SLTI, de 16 de setembro de 2009.

9.5 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.5.1 - **Certidão de Pessoa Jurídica** expedida pelo CREA, comprovando a habilitação da licitante para a execução dos serviços objeto desta licitação e o seu atual quadro de responsáveis técnicos;

9.5.2 - **Comprovação de aptidão** para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação;

9.5.2.1 - A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de pelo menos 1 (um) atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que ateste que a licitante tenha prestado serviços de complexidade operacional equivalente ou superior aos do objeto desta licitação, contendo referência à prestação de serviços de manutenção de sistemas audiovisuais.

9.5.2.2 - O atestado deve comprovar efetivo mínimo de 05 (cinco) profissionais residentes, que equivale a 50% (cinquenta por cento) do total do efetivo mínimo disposto no item 3 do Anexo I - Termo de Referência.

9.5.3 - Experiência mínima de 3 (três) anos na prestação de serviços terceirizados (prestação de serviços de manutenção de sistemas audiovisuais), ininterruptos ou não, até a data da sessão pública de abertura do Pregão;

9.5.3.1 - Para a comprovação de tempo de experiência, serão aceitos cópias de contratos, registros em órgãos oficiais ou outros documentos idôneos, mediante diligência do Pregoeiro.

9.5.3.2 - Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações, computados os períodos concomitantes uma única vez.

9.5.4 - O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a serviços prestados, no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária, especificada no contrato social, devidamente registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil - RFB.

9.5.5 - As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados, por meio de cópia do instrumento que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, dentre outros documentos.



- 9.5.6 - Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.
- 9.5.7 - O Pregoeiro poderá realizar as diligências necessárias, solicitando documentos ou realizando visitas na sede ou na filial da licitante, em entidade pública ou privada, com o objetivo de comprovar a veracidade das informações apresentadas.

9.6 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- 9.6.1 - Balanço Patrimonial do exercício social exigível na forma da lei e regulamentos na data de realização da licitação, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da sessão pública de abertura do processo licitatório;
- 9.6.2 - Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social exigível, apresentado na forma da lei;
- 9.6.3 - Relação de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública, vigentes na data da sessão pública de abertura do procedimento licitatório, contendo o nome do contratante, do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), a data de assinatura do contrato, a vigência e o valor anual do contrato, ou, se o contrato tiver sido assinado com vigência inferior a 12 (doze) meses, o valor total do contrato, conforme ANEXO VIII.
- 9.6.4 - O valor total da relação de contratos de que trata o item o 9.6.3, que apresentar divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, em relação ao valor da receita bruta apresentado na DRE, deverá estar acompanhado das devidas justificativas a respeito da divergência.
- 9.6.5 - A Administração do TRF2 fixará prazo para apresentação das justificativas de que trata o item 9.6.4, quando não forem entregues concomitantemente à documentação exigida no processo licitatório.
- 9.6.6 - Apresentação de Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, datadas de até 90 (noventa) dias anteriores à apresentação da proposta de preços.
- 9.6.7 - Os documentos exigidos nos subitens 9.6.1 a 9.6.6 deverão comprovar:
- 9.6.7.1 - Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1;
- 9.6.7.1.1 – A comprovação dos índices contábeis pode ser substituída pelos registros respectivos consignados no SICAF.



9.6.7.2- Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (CG) (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor anual estimado para a contratação (cf. portaria TRF2-PTP-2017/00110);

9.6.7.3 - Patrimônio Líquido (PL) igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

9.6.7.4 - Que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura do processo licitatório, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante;

9.7 - Para fins de habilitação, a verificação em *sites* oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão constitui meio legal de prova.

9.8 - Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documentos" em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.

9.9 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, as microempresas e empresas de pequeno porte terão prazo adicional de 5 (*cinco*) dias úteis, **contado da divulgação do resultado da fase de habilitação, para a regularização da documentação**, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.9.1 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.9, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para formalização do contrato, ou propor a revogação deste Pregão.

9.10 - Os documentos que não estejam contemplados no SICAF deverão ser remetidos para o endereço eletrônico cpl@trf2.jus.br ou via fac-símile, para o telefone (21) 2282-8016, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.10.1 - Os documentos remetidos via fac-símile ou por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da solicitação do **Pregoeiro**, endereçados da seguinte forma: Tribunal Regional Federal da 2ª Região - Coordenadoria de Licitação - COLICI - Rua Acre, nº 80, sala 604 -CEP 20081-000 - Centro/Rio de Janeiro – **Pregão nº 115/2018**.



10 - DA VISTORIA:

- 10.1 - O Certificado de Vistoria será emitido pela **Seção de Manutenção de Telecomunicações / SECTEL** localizado na Rua Acre, nº 80/2º andar _ sala 202b, Centro, Rio de Janeiro/RJ, comprovando que a licitante sanou todas as dúvidas técnicas e tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, conforme especificações estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência deste Edital.
- 10.2 - Para correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim. Esta vistoria é considerada suficiente para que o licitante conheça todos os aspectos pertencentes aos serviços a serem executados.
- 10.3 - A vistoria técnica aos locais de execução dos serviços é facultativa, devendo ser feita individualmente, com cada um dos licitantes, em data e horário previamente estabelecidos. As visitas deverão ocorrer de segunda-feira a sexta-feira, no horário de 12:00 às 17:00 horas, e poderão ser previamente agendadas pelos telefones (21) 2282-8084 ou 2282-8090.

11 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da **prestação de serviços** objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme especificado abaixo:

Programa de Trabalho	PTRes	Elementos de Despesa
02.061.0569.4257.6013	107.765	33.90.37.06

12 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO

- 12.1 - Esclarecimento de dúvidas acerca das condições deste Edital, bem como informações adicionais sobre a presente licitação serão divulgadas na "homepage" do Tribunal: www.trf2.jus.br, opção "Transparência / Gestão das Contratações e Aquisições / Licitações, compras, contratos e atas de registro de preços / licitações em andamento", e no site: www.comprasnet.gov.br, na opção "visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos", ficando os licitantes obrigados a acessá-los para a obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro.
- 12.2 - Maiores esclarecimentos de ordem legal ou técnica, ou sobre os termos deste pregão, ou ainda informações complementares sobre o presente Edital poderão ser solicitados ao pregoeiro, por meio eletrônico, através do e-mail para cpl@trf2.jus.br, até 3 (*três*) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública do pregão eletrônico, no horário de 12:00h às 17:00h. Os telefones de contato são (21) 2282-8682 e 2282-8016.



12.3 - Até 02 (*dois*) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão eletrônico.

12.3.1 - Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração das especificações técnicas, quando necessário, decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.

12.3.2 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

13 - DOS RECURSOS

13.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (*três*) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

13.2 - Admitir-se-á, nos termos da legislação vigente, a interposição de recursos, mediante manifestação imediata e motivada da licitante, em campo específico disponibilizado pelo sistema eletrônico, durante a sessão pública, até o prazo final estabelecido pelo pregoeiro.

13.3 - A apresentação de recurso e de eventuais contrarrazões pelas demais licitantes será realizada no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios, no prazo máximo de 3 (*três*) dias úteis, contados a partir do encerramento da sessão pública.

13.4 - A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência do direito de recurso, podendo o pregoeiro adjudicar o objeto à licitante vencedora.

13.5 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.6 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

14 - DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

14.1 - Após a homologação do resultado desta licitação, o TRF convocará a empresa adjudicatária para assinatura do instrumento contratual ou para a retirada da nota de empenho junto à Divisão de Contratos, **na Rua Visconde de Inhaúma, 68/ 2º andar, Centro - Rio de Janeiro, no horário de 12:00 às 17:00 horas.**



- 14.2 - A convocação de que trata o item anterior deverá ser atendida no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, contados da convocação, prorrogável apenas 01 (uma) única vez a critério do TRF, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93 e modificações da Lei 8.883/94 e art. 28 do Decreto 5.450/05.
- 14.3 - No ato da assinatura do contrato ou da retirada da nota de empenho, será comprovada mediante consulta *on line* a regularidade dos documentos abrangidos pelo SICAF e da CNDT, regularidade que deverá ser mantida pela licitante durante a vigência do contrato.
- 14.4 - Quando a vencedora da licitação não fizer a comprovação referida no subitem 14.3, ou quando, injustificadamente, recusar-se a retirar a nota de empenho ou a assinar o contrato, poderá a Administração convocar outra licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, retirar a nota de empenho ou assinar o contrato, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 14.5 - Ao assinar o instrumento contratual ou retirar a nota de empenho, a empresa adjudicatária obriga-se a prestar os serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seu Anexo e também na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste Pregão Eletrônico.
- 14.6 - Após o prazo de vigência inicial, o Contrato poderá ser prorrogado, sucessivamente, por meio de aditamento, limitado a 60 (sessenta) meses, desde que preenchidos, cumulativamente, a cada prorrogação, os seguintes requisitos:
- 14.6.1 - os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 14.6.2 - a Contratada não tenha sofrido punição de natureza pecuniária por mais de 3 (três) vezes no TRF2, a cada período de vigência do contrato;
- 14.6.3 - a Administração do TRF2 tenha interesse na continuidade dos serviços;
- 14.6.4 - o valor do Contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração do TRF2;
- 14.6.5 - a Contratada concorde com a prorrogação.
- 14.6.6 - a vantajosidade econômica para a prorrogação de contratos de serviços terceirizados de natureza continuada, de que trata o item 14.6.4, estará assegurada, dispensando-se a realização de pesquisa de preços, quando:
- 14.6.6.1 - houver previsão contratual de que as repactuações dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuadas com base em convenção ou acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou lei, previamente definidos no edital;
- 14.6.6.2 - houver previsão contratual de que os reajustes dos itens envolvendo insumos, materiais e equipamentos serão efetuados com base em índices oficiais de preços, previamente definidos no edital;



14.6.7 - Nos contratos de serviços terceirizados de natureza continuada, os custos fixos ou variáveis não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados, mediante negociação e como condição para a renovação.

14.7 - **GARANTIA CONTRATUAL:** Para fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região exigirá da empresa Contratada a prestação de garantia, na modalidade pela qual a Contratada optar, de acordo com o artigo 56, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93, no valor equivalente a 5% (*cinco por cento*) do valor global do contrato a ser firmado.

14.7.1. - A CONTRATADA deverá apresentar à Administração do CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do Contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor atualizado do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

14.7.2 - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

14.7.2.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;

14.7.2.2. Multas punitivas aplicadas pela FISCALIZAÇÃO à CONTRATADA;

14.7.2.3. Prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

14.7.2.4. Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.

14.7.3 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia ou para a atualização de seu valor decorrente de aditivo contratual, acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

14.7.4 - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.

14.7.4.1 - O bloqueio efetuado com base no item 14.7.4 não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA;

14.7.4.2 - A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no **item 14.7.4** desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

14.7.4.3. - O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à CONTRATADA.



14.7.5- O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo TRF2 com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

14.7.6. - Será considerada extinta a garantia:

14.7.6.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

14.7.6.2. Com a extinção do contrato.

14.7.7. - Isenção de responsabilidade da garantia:

14.7.7.1. O TRF2 não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

14.7.7.1.1. Caso fortuito ou força maior;

14.7.7.1.2. Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;

14.7.7.1.3. Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

14.7.7.1.4. Atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.

14.7.7.2. Caberá à própria Administração apurar a isenção da responsabilidade prevista nos itens 14.7.7.1.3 e 14.7.7.1.4 desta cláusula, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pelo TRF2.

14.8 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de **serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes** em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme **Resolução nº 7, alterada pela Resolução nº 09 de 06.12.2005** do Conselho Nacional de Justiça.

14.8.1 – A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, por todos os empregados da empresa alocados na prestação dos serviços, da Declaração constante do **Anexo III** do presente Edital, a qual será entregue no ato da assinatura do contrato;

14.9 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, **de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau**, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de



cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução nº 7, alterada pela Resolução nº 229 de 22.06.2016 do Conselho Nacional de Justiça.

14.9.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do **Anexo V** do presente Edital, a qual será entregue no ato da assinatura do contrato.

14.10 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que **tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia**, pessoas que **incidam na vedação dos arts. 1º e 2º, conforme Resolução nº 156 de 08/08/2012** do Conselho Nacional de Justiça.

14.10.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, **pelo(s) funcionário(s) no exercício de cargo/função de chefia, alocado(s)** na prestação dos serviços, da Declaração constante do **Anexo IV** do presente Edital e da apresentação das certidões mencionadas na aludida Declaração;

14.11 - O prazo para apresentação das declarações e certidões mencionadas nos subitens 14.8.1 e 14.10.1 será de, no máximo, 30 (trinta) dias a contar do primeiro dia útil subsequente à data da assinatura do Contrato.

15 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

15.1 - Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8666/93, modificada pela Lei nº 8883/94, o objeto da presente licitação será recebido mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, da seguinte forma:

15.1.1 - **Provisoriamente** - imediatamente após a apresentação do documento fiscal correspondente aos serviços prestados no último período de adimplemento contratual, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com as especificações constantes do Termo de Referência - Anexo I deste Edital;

15.1.2 - **Definitivamente** - no prazo de 10 (*dez*) dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo motivo justificado, e depois de verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais;

15.2 - Os termos serão emitidos pelo servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, designado na forma estabelecida no subitem 20.1 deste edital, o qual confirmará a aceitação definitiva dos serviços, após comprovada a adequação do objeto às especificações do edital e seus anexos;



- 15.3 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que os serviços foram realizados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação do contratado, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação;
- 15.4 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da contratada em reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- 15.5 - Após a assinatura do contrato, o TRF-2ªRG designará servidor para exercer o acompanhamento e fiscalização do contrato.

16 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 16.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, através de ordem bancária e depósito em conta corrente, indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal por ela apresentado, discriminativo dos serviços prestados e dos relatórios mensais constantes dos itens 4.1 e 4.2.2 do Anexo I, devidamente atestado pelo(s) gestor(es) responsável(eis) pela fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato (NUREF, SECTEL, EMARF e ACOI), em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da emissão do referido atesto;

- 16.1.1 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

16.1.1.1 - Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:

16.1.1.1.1 - Do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da contribuição para seguridade social - COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/1996 e alterações;

16.1.1.1.2 - Da contribuição previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13/11/2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações;

16.1.1.1.3 - Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, na forma da Lei Complementar nº 116, de 31/07/2003, c/c a legislação Distrital ou municipal pertinente.

- 16.1.2 - Para fins do disposto no item 16.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária;



16.2 - O documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na **Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar -Centro, Rio de Janeiro**, no horário das 12:00 às 17:00, de segunda a sexta-feira, em 02 (duas) vias, acompanhado dos documentos abaixo, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail scon@trf2.jus.br.

16.2.1 - Folha de pagamento de pessoal, do mês de realização dos serviços, referente aos empregados da empresa contratada que estejam prestando serviços nas dependências do Contratante, rubricada por seu Representante Legal;

16.2.2 - Comprovante de recolhimento de encargos sociais (INSS, FGTS, **Impostos Sindicais**, PIS) relativos ao mês imediatamente anterior, e de outros descontos consignados na folha do mês, referentes aos empregados colocados à disposição do Contratante;

16.2.3 - Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP);

16.2.4 - Cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP;

16.2.5 - Comprovantes de entrega de vale-transporte aos empregados da Contratada que estejam prestando serviços nas dependências do **Contratante**, correspondente ao mês do documento fiscal;

16.2.5.1 - A comprovação da entrega de valetransporte se dará com a apresentação de comprovante de recarga de cartões em nome de cada funcionário, acompanhado do comprovante de pagamento total realizado pela contratada à empresa fornecedora dos cartões ou com a relação dos funcionários constante do contrato, contendo o valor do valetransporte, o valor de desconto, data de recebimento e assinatura de todos os funcionários;

16.2.6 - Comprovantes de auxílio-alimentação dos empregados, correspondentes ao mês do documento fiscal;

16.2.6.1 - A comprovação da entrega de auxílioalimentação se dará com a apresentação de comprovante da empresa fornecedora dos cartões com a lista de todos os funcionários da contratada, acompanhada do comprovante de pagamento total realizado pela contratada à empresa fornecedora dos cartões ou com a relação dos funcionários constante do contrato, contendo o valor do auxílioalimentação, data de recebimento e assinatura de todos os funcionários.

16.2.7 - A folha de pagamento deverá corresponder exatamente à frequência dos empregados, controlada pelo **Contratante**, através de relatório de ponto biométrico, não sendo pago à Contratada o valor relativo aos dias não trabalhados pelos empregados, bem como os encargos que venham a incidir sobre esse valor;

16.2.8 - Relatórios mensais, de acordo com o disposto nos subitens 4.1 e 4.2.2 do Anexo I – Termo de Referência;



- 16.2.9 – A folha de pagamento, bem como os cartões de ponto, terão como período correspondente à prestação dos serviços o mês **comercial**, excetuado-se as folhas do primeiro e último mês de execução contratual onde será considerado o período pro rata;
- 16.2.10 - Cópia da Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS, quando houver rescisão sem justa causa;
- 16.2.11 - Cópia do Termo de Rescisão, quando houver rescisão do contrato do trabalhador;
- 16.3 - Serão descontadas, proporcionalmente, do valor total mensal contratado, as faltas indicadas pela fiscalização, quando do atesto do documento fiscal, sem prejuízo das demais sanções administrativas disciplinadas neste Edital e no Contrato;
- 16.4 – O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem **16.1**, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;
- 16.5- As Contratadas que se enquadrem nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverão comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.
- 16.6 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do art. 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza;**
- 16.6.1 - Para fins de identificação da situação prevista no subitem 16.6, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.
- 16.7 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas (Acórdão 964/2012-Plenário-TCU).**
- 16.7.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.**

17 - DO RECOLHIMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS:

- 17.1 - Será retido do pagamento mensal da Contratada e depositado na Caixa Econômica Federal – CEF o somatório dos valores das rubricas relativas a:**
- 17.1.1 - Férias;**
- 17.1.2 - 1/3 constitucional;**
- 17.1.3 - 13º Salário;**



17.1.4 - Multa do FGTS por dispensa sem justa causa;

17.1.5 - Incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário.

17.2 - Os valores das rubricas serão obtidos pela aplicação dos percentuais abaixo discriminados:

Percentuais para contingenciamento de encargos trabalhistas a serem aplicados sobre documentos fiscais conforme Resoluções nº 169/2013, 183/2013 e 248/2018-CNJ e IN nº 01/2016-CJF				
Título	Variação RAT ajustado 0,50% a 6,00%			
	Empresas		Simples	
Grupo A	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
Submódulo 2.2 da IN 05/2017 – MPDG	34,30%	39,80%	28,50%	34,00%
RAT	0,50%	6,00%	0,50%	6,00%
13º Salário	9,09	9,09	9,09	9,09
Férias	9,09	9,09	9,09	9,09
1/3 constitucional	3,03	3,03	3,03	3,03
Subtotal	21,21	21,21	21,21	21,21
Incidência do Grupo A (*)	7,28	8,44	6,04	7,21
Multa do FGTS	4,36	4,36	4,36	4,36
Encargos a contingenciar	32,85	34,01	31,61	32,78
Taxa de conta-depósito vinculada, conforme inciso IV, art. 3º da IN 01/2016-CJF (**)				
Total a contingenciar				

Obs.: (*) - A incidência recai sobre as verbas de 13º salário, férias e 1/3 constitucional, variando de acordo com o RAT ajustado da Contratada;

(**) – Caso o contrato firmado entre a empresa e o banco oficial tenha previsão de desconto da taxa de abertura e manutenção diretamente na conta-depósito vinculada, esse valor deverá ser retido da fatura e devolvido à conta-depósito vinculada, nos termos do inciso VIII do artigo 17 da Resolução CNJ n. 169/2013, alterada pela Resoluções CNJ nº 183/2013 e nº 248/2018.

17.3 - Os valores das rubricas indicadas no item 17.1 serão glosados do valor mensal do contrato e depositados exclusivamente na CEF, em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, e deixarão de compor o valor do pagamento mensal à Contratada.

17.3.1 - Caso a CEF promova desconto diretamente na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, os valores relativos às despesas com cobrança de abertura e manutenção da referida conta-depósito serão glosados do valor mensal do Contrato, e deixarão de compor o valor do pagamento mensal à Contratada.

17.4 – Os depósitos serão efetivados em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - aberta em nome da Contratada e por Contrato, unicamente para essa finalidade, e com movimentação somente mediante autorização do Contratante.

17.5 – A Contratada deverá providenciar, no prazo de 20 (vinte) dias, contados, da notificação do Contratante, a assinatura dos documentos de abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - e de termo específico junto à CEF, que permita ao Contratante ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do Contratante, conforme indicado no referido Termo.



- 17.6 - Ocorrendo o descumprimento do prazo estipulado no subitem anterior, o Contratante oficiará à Contratada, comunicando-lhe a data limite para cumprir a obrigação. Permanecendo o descumprimento, fica a Contratada sujeita ao pagamento de multa diária, até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (três décimos por cento), calculada à base de juros compostos, limitada a 30% (trinta por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.
- 17.7 - Os saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - serão remunerados diariamente pelo índice da poupança ou por outro definido, conforme Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Contratante e a CEF, sempre escolhido o de maior rentabilidade.
- 17.8 - A contratada poderá:
- I - solicitar, durante a execução do contrato, autorização do Contratante para resgatar da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias contempladas nas mesmas rubricas indicadas no item 17.1, desde que comprove, documentalmente, tratar-se de empregados alocados nas dependências do Contratante e que apresente:
 - a) no caso de fato ocorrido durante a vigência do contrato de trabalho do empregado: comprovante de férias (aviso e recibo), folha de pagamento de 13º salário, com o respectivo comprovante de depósito em conta-corrente dos empregados;
 - b) no caso de rescisão do contrato de trabalho do empregado com mais de 01 (um) ano de serviço: termo de rescisão de contrato de trabalho (TRCT) devidamente homologado, quando exigível, pelo sindicato da categoria, com a comprovação de depósito em conta-corrente dos empregados, observando o disposto no artigo 477 da CLT, bem como a Portaria do MTE n. 1.057, de 6/7/2012, e comprovante dos depósitos do INSS e do FGTS, este ultimo acompanhado do comprovante de pagamento da respectiva multa;
 - c) no caso de rescisão contratual entre o Contratante e a Contratada, sem dispensa dos empregados: declaração contendo informação de que os mesmos continuarão prestando serviços à Contratada e comprovante de regularidade de depósitos do INSS e FGTS.
 - II - movimentar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - diretamente para a conta-corrente dos empregados, exclusivamente para pagamento das verbas trabalhistas contempladas nas rubricas do artigo 4º da Resolução CNJ nº 169/2013, alterada pelas Resoluções nºs 183/2013 e 248/2018 e pela IN 1/2016-CJF, desde que comprove, documentalmente, tratar-se de empregados alocados nas dependências do Contratante, e que apresente:
 - a) no caso de fato ocorrido durante a vigência do contrato de trabalho do empregado: aviso de férias e espelho da folha de pagamento do 13º salário;
 - b) no caso de rescisão do contrato de trabalho do empregado: Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT) e guia de recolhimento com o valor do FGTS e sua respectiva multa;



c) no caso de rescisão contratual entre o Contratante e a Contratada, sem dispensa dos empregados: declaração contendo informação de que os mesmos continuarão prestando serviços à Contratada, comprovante de regularidade de depósitos do INSS e FGTS.

§ 1º Nas hipóteses do inciso II, a Contratada deverá apresentar o comprovante de quitação das verbas trabalhistas (recibo de férias, 1/3 e 13º e TRCT homologados, quando for o caso), no prazo máximo de dez dias, contado da data do pagamento ou da **homologação pelo sindicato**, observado o disposto na Portaria do MTE n. 1.057/2012.

§ 2º Após a comprovação indicada no parágrafo anterior, o Contratante poderá autorizar o resgate dos valores correspondentes à incidência previdenciária e FGTS, sobre os valores movimentados.

- 17.9 - O pedido da empresa deverá conter, além dos documentos citados no art.12 da IN 2016/0001 do CJF, planilha com os valores a serem resgatados ou movimentados da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação - nas proporções que foram retidas para cada empregado durante a vigência do contrato.
- 17.10 – O resgate dos recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - previsto no item anterior dar-se-á somente após o pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias e mediante apresentação à unidade competente do Contratante, dos documentos comprobatórios de que a Contratada efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas no item 17.1.
- 17.11 – O Contratante expedirá autorização de que trata o item 17.8, I, depois de confirmado o pagamento das verbas trabalhistas retidas, e encaminhará a referida autorização à CEF no prazo máximo de dez dias úteis, a contar da data de apresentação dos documentos comprobatórios pela Contratada.
- 17.12 - Todos os termos da Resolução nº 169 de 31.01.2013 do Conselho Nacional de Justiça, alterada pelas Resoluções nºs 183/2013, de 24/10/2013, e 248/2018, de 24/05/2018, do mesmo Conselho, e da Instrução Normativa CJF-INN-2016/00001 deverão ser observados na execução contratual.

18 – DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE

18.1 – É admitida repactuação dos preços do Contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses.

18.1.1 - O interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado:

18.1.1.1 - Os preços da mão de obra, a partir da data do Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho ou sentença normativa vigente à época da data limite para apresentação da proposta.



a) Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação poderá ser dividida em tantas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação, respeitado o interregno mínimo fixado no subitem anterior;

b) Inexistindo convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, a repactuação dos preços da mão de obra terá como base a pesquisa de preços realizada na mesma fonte utilizada para a fixação da remuneração inicial, devendo ser observados os mesmos critérios fixados quando da elaboração da estimativa de preços.

c) No caso da alínea anterior, inexistindo a mesma fonte utilizada para elaboração do orçamento inicial, poderá ser utilizada nova fonte, desde que devidamente justificado.

18.1.1.2 - No caso dos preços de insumos, materiais e equipamentos, a partir da data limite para apresentação da proposta.

18.1.1.2.1 - Os preços de insumos, materiais e equipamentos, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, serão reajustados a partir da data limite para apresentação da proposta, de acordo com a variação do IPCA/IBGE, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro indexador que a legislação determinar.

18.1.1.3- Os preços de insumos decorrentes de convenção, acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou definidos pelo poder público serão reajustados com base nos respectivos instrumentos legais, na mesma data que ocorrer a repactuação da mão de obra.

18.1.1.4 - Os insumos, materiais e equipamentos serão reajustados simultaneamente com a mão de obra quando decorrido, no mínimo, o interregno de 12 (doze) meses previsto o subitem 18.1.1.2.

18.1.1.5 - Quando o interregno mínimo de 12 (doze) meses previsto no item 18.1.1.4 não tiver sido cumprido, serão repactuados exclusivamente os custos vinculados à mão de obra.

18.2 - Os reajustamentos de preços serão precedidos de solicitação da contratada, e acompanhados de:

18.2.1 - no caso das repactuações:

18.2.1.1 - documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado de cada um dos itens da planilha a serem alterados, quando for o caso;

18.2.1.2 - novo acordo ou convenção coletiva de trabalho, sentença normativa ou lei, que fundamentam o pedido de repactuação;

18.2.1.3 - demonstração da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas analíticas de composição de custos e formação de preços;



18.2.1.4 - documentos que comprovem que a contratada já arca com os custos decorrentes das disposições do novo acordo ou convenção coletiva.

18.2.2 - no caso de reajustes, dos índices oficiais de preços previstos no Contrato **e do demonstrativo de cálculo para análise e aprovação do contratante.**

18.3 - É vedada a inclusão, por ocasião dos reajustamentos, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal.

18.4 - Caso a Contratada não requeira tempestivamente o reajustamento de preços e prorogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

18.5 - Os reajustamentos de preços produzirão efeitos financeiros:

18.5.1 - no caso de reajustes, a partir da implementação do direito da Contratada, conforme fixado no edital e no contrato, tendo por referência a data limite de apresentação da proposta ou do orçamento a que a proposta se referir, conforme fixado em edital;

18.5.2 - No caso da repactuação, a partir da implementação do direito da Contratada, tendo por referência a data de apresentação data limite da apresentação proposta ou do orçamento a que a proposta se referir, conforme definido no edital e no contrato.

18.6 - Os reajustamentos subsequentes ao primeiro produzirão efeitos financeiros 12 (doze) meses a contar da data de início dos efeitos financeiros da última repactuação ou reajuste ocorridos.

18.7 - Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da Contratada.

19 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1 - De forma a possibilitar a seleção de profissionais com excelente nível técnico para execução dos serviços, o salário pago deverá ser, no mínimo, o estabelecido pelo SINDICATO DA INDÚSTRIA DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, GÁS, HIDRÁULICAS E SANITÁRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – SINTRAINDISTAL / SINDISTAL, sendo o do Encarregado Geral, equivalente ao Grupo 01 (categoria Encarregado Geral/Supervisor), o Técnico em Eletrônica ou Eletrotécnica, equivalente ao Grupo 01 (Técnico em elétrica, Técnico em eletrônica e Técnico em Geral) o do Operador de Áudio e Vídeo ao Grupo 03 (categoria Operador de Áudio e Vídeo) e o do Emendador Linha Telefônica ao Grupo 03 (categoria Emendador Linha Telefônica / Oficial Linha Telefônica).

19.2 - Os funcionários residentes deverão ser formalmente apresentados, devendo permanecer nas dependências desta E. Corte devidamente uniformizados e identificados através de crachá a ser fornecido pelo Contratante.



- 19.3 - A Contratada deverá designar formalmente o preposto, previsto no art. 68 da Lei 8.666, de 21 de junho 1993, no primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do contrato, com capacidade gerencial para tomada de decisões relativas ao contrato. Os custos referentes ao preposto deverão ser considerados como custos indiretos, não sendo aceita inclusão desse custo como item separado na planilha de preços.
- 19.4 - A Contratada deverá fornecer, no primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do contrato com o TRF/2ªR, os cartões individuais de ponto, onde constarão o nome completo, função e horário de expediente dos empregados da contratada. Não será aceito a utilização de livro de ponto;
- 19.5 - A Contratada deverá exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados;
- 19.6 - A Contratada deverá manter atualizada a relação nominal dos seus funcionários designados para a prestação dos serviços no TRF/2ªR. Essa relação conterá: nome do funcionário, sua função junto ao contrato com o TRF/2ªR, seu endereço, números de telefones de contato, incluindo os de aparelhos móveis (celulares), datas de admissão na empresa e de início de prestação dos serviços nas dependências do TRF/2ªR e qualquer alteração na sua frequência, como atestados e faltas;
- 19.7 - A Contratada deverá fornecer, no primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do contrato com o TRF/2ªR, acordo individual escrito ou coletivo que determine a possibilidade de compensação de horários;
- 19.7.1 - Em todas as mudanças de funcionários, novos acordos deverão ser apresentados.
- 19.8 - A Contratada deverá fornecer todos os demais documentos relativos às alterações ocorridas no mês de referência como férias, contratação/dispensa de funcionários, atestados, faltas, etc;
- 19.9 - A Contratada fornecerá, obrigatoriamente, a cada um de seus empregados residentes, mensalmente, um talonário de valesrefeição, no primeiro (1º) dia útil do mês, em quantidade correspondente ao total de dias úteis do mês em que serão utilizados. O valor do benefício deverá corresponder, no mínimo, ao valor estabelecido pela convenção coletiva de trabalhos dos respectivos sindicatos constantes do item 19.1.
- 19.10 - O pagamento dos profissionais residentes deverá ser depositado em conta corrente, preferencialmente em um dos bancos existentes na Sede do Contratante, de forma a evitar o deslocamento dos funcionários por longo período.
- 19.11 - A Contratada fornecerá os valetransporte para os funcionários, em cumprimento às disposições da Lei nº 7.418, de 16/12/85, com redação dada pela Lei nº 7.619, de 30/09/87, regulamentada pelo Decreto nº 95.247, de 17/11/1987.



19.11.1 - Os valetransporte serão fornecidos em quantidade suficiente ao deslocamento do beneficiário no seu trajeto residência x trabalho e vice-versa (Lei nº 7.418, de 16.12.85 e Decreto nº 95.247, de 17.11.1987).

19.12 - A Contratada deverá fornecer aos profissionais residentes uniformes para a realização dos serviços nas dependências do Contratante.

19.12.1 - Uniforme do Encarregado Geral, Técnico de Eletrônica ou Eletrotécnica e do Operador de Áudio e Vídeo deverá ser composto por: 02 (duas) calças compridas na cor jeans escuras, 04 (quatro) camisas gola pólo com o logo da empresa, 04 (quatro) pares de meia, 01 (um) terno completo (calça, camisa, paletó e gravata) e 01 (um) par de sapato na cor preta. Com exceção do terno, os demais itens do uniforme, nas mesmas quantidades, deverão ser fornecidos semestralmente.

19.12.2 - Uniforme do Emendador Linha Telefônica deverá ser composto por: 02 (duas) calças compridas na cor jeans escuras, 04 (quatro) camisas gola pólo com o logo da empresa, 04 (quatro) pares de meia e 01 (um) par de sapato na cor preta. Os itens do uniforme, nas mesmas quantidades, deverão ser fornecidos semestralmente.

19.13 - A Contratada deverá afastar ou substituir, por recomendação do Contratante, qualquer empregado que, comprovadamente, causar embaraço à boa execução dos serviços.

19.14 - Os empregados da Contratada, quando prestando serviços na sede do Contratante, estarão sujeitos às suas normas disciplinares, mas em nenhuma hipótese terão vínculo empregatício com o mesmo, posto que manterão contrato de trabalho com a Contratada, a qual, como tal, responderá sempre única e exclusivamente perante as repartições respectivas, por todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas, bem como assumirá integral responsabilidade por quaisquer danos causados por seus empregados ao Contratante ou a terceiros, durante ou em consequência da execução dos serviços contratados, mesmo que praticados involuntariamente, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento do mês subsequente, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

19.15 - A Contratada deverá reparar, ou quando isto for impossível, indenizar quaisquer perdas e danos, pessoais ou materiais, em virtude de culpa ou dolo, durante ou em decorrência da execução deste Contrato, de sua responsabilidade ou de seus prepostos, ainda que tão somente objetiva, desde que sobrevenham em prejuízo da Contratante ou de terceiros, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento do mês subsequente, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

19.16 - A Contratada deverá manter o Contratante a salvo de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados e/ou prepostos e/ou terceiros, em decorrência do cumprimento do presente Contrato.



- 19.17 - A Contratada deverá manter seus empregados alocados na execução do serviço ora contratado, em situação empregatícia regular e legal. O Contratante se reserva o direito de, a qualquer tempo e sempre que julgar conveniente, exigir esta comprovação.
- 19.18 - A Contratada deverá permitir que seus empregados, quando prestando serviços nas dependências do TRF/2ªR, sejam vistoriados pela Segurança Interna.
- 19.19 - A Contratada deverá refazer todo e qualquer serviço não aprovado pela Contratante, sem qualquer ônus para o mesmo.
- 19.20 - Responderá a Contratada por qualquer acidente que venha a ocorrer com seus empregados, sendo de sua inteira responsabilidade o fornecimento de equipamento de proteção individual a seus funcionários.
- 19.21 - A Contratada utilizará na prestação dos serviços objeto do presente Contrato, mão de obra qualificada, apta à realização dos serviços.
- 19.22 - A Contratada responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, cumprindo os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, e as normas internas de segurança e medicina do trabalho;
- 19.23 - A Contratada deverá dispor-se a toda e qualquer fiscalização do TRF/2ªR no tocante aos serviços a serem executados, assim como as suas obrigações. A ausência de fiscalização do TRF/2ªR não eximirá a contratada das responsabilidades previstas no edital e no contrato;
- 19.24 - A Contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual;

20 - DA FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO CONTRATO

- 20.1 – O Contratante designará servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, que exercerá, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização, e que, em caso de ausência, será substituído por seu suplente, também designado.
- 20.2 – Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:
- 20.2.1 – Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;
- 20.2.2 – Ordenar à Contratada que corrija, refaça ou reconstrua as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;
- 20.2.3 – Acompanhar e aprovar os serviços executados.



20.3 – A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

20.4 - A Contratada deverá fornecer, para fins de fiscalização pelo Contratante, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme solicitação:

20.4.1 - Extratos de Informações Previdenciárias e de depósitos do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço - FGTS de seus empregados, bem como quaisquer outros documentos que possam comprovar a regularidade previdenciária e fiscal da Contratada;

20.4.2 - Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o Órgão ou Unidade contratante; cópia do(s) contracheque(s) assinado(s) pelo(s) empregado(s) de qualquer mês da prestação dos serviços ou ainda dos respectivos comprovantes de depósitos bancários;

20.4.3 - Os comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale transporte, auxílio alimentação, etc.), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

20.4.4 - Os comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem previstos em lei;

20.4.5 - Outros documentos que comprovem a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da Contratada.

20.5 - A Contratada deverá fornecer, para fins de fiscalização pelo Contratante no início e no término da execução contratual, ou em caso de admissão/demissão de empregados:

20.5.1 - No primeiro mês da prestação dos serviços:

a) Até 1 (um) dia útil antes do início dos trabalhos, relação nominal dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, RG e CPF;

b) Em nenhuma hipótese será permitido o acesso às dependências do Contratante de empregados não inclusos na relação;

c) Qualquer alteração referente a esta relação deverá ser imediatamente comunicada à fiscalização;

20.5.2 - Até 15 (quinze) dias, após o início da prestação dos serviços, ou após a admissão de novo empregado, a Contratada deverá apresentar cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas dos originais das CTPS dos empregados admitidos para a execução dos serviços, devidamente assinadas, e dos exames médicos admissionais dos empregados da Contratada.

20.5.3 - Até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços (extinção ou rescisão do contrato), em relação aos empregados que forem demitidos, ou após a demissão de qualquer empregado durante a execução do contrato, a Contratada deverá apresentar a



documentação adicional abaixo relacionada, acompanhada de cópias autenticadas em cartório ou de cópias simples acompanhadas de originais:

- a) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados pelo sindicato da categoria quando exigível;
- b) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- c) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado demitido;
- d) A Contratada está obrigada a oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS sempre que solicitado pela fiscalização;
- e) Verificadas inconsistências ou dúvidas na documentação entregue, a Contratada terá o prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, contados a partir do recebimento de diligência da fiscalização, para prestar os esclarecimentos cabíveis, formal e documentalmente;
- f) O descumprimento reiterado das disposições acima e a manutenção da Contratada em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias implicarão rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades e demais cominações legais.

21 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 21.1 - Expedir a ordem de serviço;
- 21.2 - Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução dos serviços;
- 21.3 - Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA ou por seu preposto;
- 21.4 - Efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;
- 21.5 - Exercer a fiscalização dos serviços prestados, por servidores designados;
- 21.6 - Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;
- 21.7 - Fornecer crachá de acesso às suas dependências, de uso obrigatório pelos empregados da CONTRATADA;
- 21.8 - Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos neste Termo de Referência, solicitando à CONTRATADA as substituições que se verificarem necessárias;



- 21.9 - Indicar à contratada as instalações sanitárias, vestiários e refeitório a serem usados pelos empregados;
- 21.10 - Destinar local para instalação do Supervisor e encarregados, onde será implantada a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços;

22 - DAS SANÇÕES

22.1 - Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF e do cadastro de fornecedores da CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:

- 22.1.1. apresentar documentação falsa;
- 22.1.2. fraudar a execução do contrato;
- 22.1.3. comportar-se de modo inidôneo;
- 22.1.4. cometer fraude fiscal;
- 22.1.5. fazer declaração falsa;
- 22.1.6. não assinar o contrato no prazo estabelecido;
- 22.1.7. não manter a proposta.

22.2 - Para os fins do item 22.1.3, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

22.3 - Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato, de inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens "22.4", "22.5" e "22.7" e nas tabelas 1, 2 e 3 do item 07 do Anexo I com as seguintes penalidades:

- 22.3.1. advertência;
- 22.3.2. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos;
- 22.3.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou



22.3.4. impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.

22.4 - No caso de inexecução parcial do objeto, a CONTRATADA fica sujeita à aplicação de multa de até 20% do valor do contrato.

22.5 - No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

22.6 - Configurar-se-á o retardamento da execução quando a CONTRATADA:

22.6.1. deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 7 (sete) dias contados da data da ordem de serviço; ou

22.6.2. deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.

22.7 - No caso do cometimento das infrações elencadas nos subitens 22.6.1 e 22.6.2 acima, a contratada poderá ser sancionada com multa de até 5% do contrato.

22.8 - A falha na execução do contrato estará configurada quando a CONTRATADA enquadrar-se em pelo menos uma das situações previstas na tabela 3 do item 07 do Anexo I - Termo de Referência e no Acordo de Níveis de Serviço, respeitada a graduação de infrações conforme tabelas 1 e 2 do item 07 do Anexo I - Termo de Referência, e alcançar o total de 20 (vinte) pontos, cumulativamente.

22.9 - O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA:

22.9.1. Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, caso esta tenha sido exigida.

22.9.2. Se os valores das faturas e da garantia, se exigida, forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

22.9.3. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

22.9.4. Caso o valor da garantia, se exigida, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do CONTRATANTE.

22.10 -O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.



22.11 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas seguem as disposições da Portaria TRF2-PTP-2017/00110, de 15/03/2017;

22.12 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa à contratada, na forma da lei;

22.13 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

23 - DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 - Fica assegurado ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:

23.1.1 - Adiar a data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos sites: www.trf2.jus.br, opção "*Transparência / Gestão das Contratações e Aquisições / Licitações, compras, contratos e atas de registro de preços / licitações em andamento*", e www.comprasnet.gov.br, opção "*visualizar/ Impugnações/ Esclarecimentos/ Avisos*", e comunicando às empresas, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data inicialmente marcada;

23.1.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, dando ciência aos interessados e comunicando às empresas licitantes, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93;

23.1.3 - Alterar, dando ciência aos interessados, as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão.

23.2 - A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, de acordo com o estabelecido no parágrafo 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93;

23.3 - Eventuais supressões realizadas nos termos do subitem anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, conforme alterações dispostas no art. 1º da Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998.

23.4 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro que decidirá com base na legislação vigente;

23.5 - As decisões dos recursos somente serão consideradas definitivas depois de homologadas pela autoridade competente.

Rio de Janeiro, quarta-feira, 31 de outubro de 2018
Francisco Luís Duarte - Pregoeiro

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 115/2018
Proc. nº TRF2-EOF-2018/254

1 - **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para execução de serviços técnicos de instalação, operação e manutenção (preventiva e corretiva) dos equipamentos e instalações dos sistemas audiovisuais, bem como da infraestrutura da rede de cabeamento de voz deste Tribunal e seus Anexos, com alocação de mão de obra especializada, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I.

CÓDIGO SIASG: 2519-4

1.1 - LOCAL DA EXECUÇÃO:

- _ Rua Acre, 80 – Centro – RJ (Prédio Principal)
- _ Rua Beneditinos, 24 – Centro – RJ (anexo)
- _ Rua Dom Gerardo, 46 – Centro – RJ (anexo)
- _ Rua Visconde de Inhaúma, 68 – Centro – RJ (anexo)
- _ Av. Rio Branco, 241 – Centro – RJ (anexo).

2 -DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS

2.1 - Os serviços em questão atenderão as necessidades de mão de obra especializada, nas especialidades e quantidades constantes do presente termo de referência, de 06 (seis) setores distintos deste Tribunal, conforme segue:

- 2.1.1 - Assessoria de Relações Públicas e Cerimonial (AREP);
- 2.1.2 - Assessoria de Comunicação Institucional (ACOI);
- 2.1.3 - Escola de Magistratura Regional Federal (EMARF);
- 2.1.4 - Divisão de Educação Corporativa (DIVEC);
- 2.1.5 - Núcleo de Recursos Fonográficos (NUREF);
- 2.1.6 - Seção de Manutenção de Telecomunicações (SECTEL).

2.2 - Os gestores do futuro termo contratual serão designados dentre os servidores lotados em cada um dos setores envolvidos, acima elencados.

2.3 - A Seção de Manutenção de Telecomunicações é o setor responsável em gerenciar junto ao preposto da contratada a mão de obra disponibilizada, de forma a atender as necessidades dos setores deste Egrégio Tribunal.



2.4 - Equipamentos a serem mantidos, sob gestão da Seção de Manutenção de Telecomunicações, eu compõem os sistemas de som ambiente e aviso.

2.4.1 - Todos os cabos conectados aos microfones especificados neste subitem, assim como todos os cabos, sonofletores e potenciômetros do sistema de som ambiente também serão objetos de manutenção.

ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
1	Mixer Cygnus – modelo MM 800	01
2	Microfone Profissional Le Son SM-58	02
3	Seletor Eletrônico de microfones (Gongo Tonal)	01
4	Ativador de RF em cada linha de microfone	06
5	Amplificador de potência DELTA MOD. DBR 9077	04
6	Pré-amplificador DELTA MOD. DBR 908	01
7	Potenciômetros	+ - 563
8	Sonofletores	+ - 1.216
9	Gongo Unic. MOD. GO 800	01
10	Amplificador ANKIA, MOD. SPL – 150	04
11	Cd Player TEAC, mod. CD P-1260	01
12	Sintonizador AM/FM estéreo, marca Unic, mod. TU 2016	01
13	Mixer, marca Unic, modelo MM800	01
14	Amplificador, marca Appotek, modelo ACL 250	01
15	Amplificador, marca Appotek, modelo K5b	02
16	Amplificador, marca HAYOMIK, modelo SA 2600	04
17	Amplificador Power PA-5.0X Cygnus	02
18	Sintonizador TU-800X CYGNUS	01

2.5 - Equipamentos a serem mantidos, sob controle operacional da Assessoria de Relações Públicas:

ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
1	Mesa de Som STANER S.08 (08 canais)	01
2	Caixa Acústica WATSOM PSR 800 (200 W)	02
3	Mini-Microfone de Lapela GEMINI NX 210	01
4	Amplificador WATSON PRH 800	01
5	Microfone Sem Fio GEMINI NX210	01
6	CD player PIONEER PTD – M 427	01
7	CD player TEAC – modelo PDD3000	01
8	Microfone sem fio de Lapela SHURE Modelo: UT14/93	01
9	Microfone LE SON SM 58B	02
10	Monitor de TV digital, tela plana LCD de LED de 42 polegadas, resolução “full hd” com decodificador digital HDTV embutido, modelo LG	03



	42LV3500.	
11	Projektor multimídia XGA, 3500 ANSI lumens, marca Benq SP 890.	01
12	Tela de projeção com sustentação através de tripé, 1720 mm de altura, 2293 mm de largura, diagonal igual a 113 polegadas marca Visograf, modelo TLTSV113.	01
13	Caixa acústica staner PS100P(8OHM)	04
14	Caixa acústica amplificada-Descrição:420RMS-Marca Attack modelo MP604TI	02
15	Mesa de som-Descrição 08canais marca Behringer-modelo XENIX1204FX	01
16	Aparelho Blu-ray player - marca PHILIPS - modelo BDP3100X/78 HDMI/USB	01
17	Microfone sem fio SHURE modelo PGX24/SM58 composto por um transmissor e por um receptor de mão c/ cápsula	01
18	Filmadora digital – Descrição Câmera AVCHD compatível com pedestal Manfrotto. Marca Sony – Modelo HXR_MC2000	01
19	Tripé para filmadora – Kit composto por Tripé 547 BK, Cabeça Hidráulica 501 HDV, Bolsa MBAG 100 PN, marca Manfrotto	01
20	Suporte móvel marca Visograf, modelo Supplasma M20	02

2.6 - Equipamentos a serem mantidos, sob controle técnico operacional da Escola de Magistratura Federal:

ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
1	Amplificador de Potência EX-2000 ATTACK	01
2	Amplificador M_1000 Micrologic	01
3	Amplificador, marca HAYONIK, modelo SA 2600	02
4	Caixa de som multimídia marca VCOM MOD. SP950	01
5	Mesa de Som – WATTSOM MXS 6 II Professional Mixer – Série B	01
6	Mesa de Som 16 Canais Mackei Mod. CR_1604	01
7	Microfone Sem Fio SHURE – modelo: PGX4/PGX2	01
8	Microfone LE SON SM-58BK	05
9	Microfone sem Fio de Lapela SHURE SM-58 c/ 02 antenas	02
10	Microfone SHURE S/FIO SM 58	01
11	Projektor Multimídia SONY Mod VPL CS6	01
12	Mesa de som de 16 canais – Yamaha – Modelo: MG166C	01
13	Compressor de som _ 4 canais _ marca BEHRING _ modelo MDX4600	01
14	Câmera Filmadora JVC Mod DVL 220	01
15	Gravador de DVD Philips Mod DVDR 3355	01
16	Projektor marca EPSON_ modelo: POWER LITE W29	01
17	COMPRESSOR DE SOM – descrição: de áudio; marca: ALESIS modelo 3630	01
18	MICROFONE S/FIO KARSECT KRU- 361 HT-35	01
19	QUADRO INTERATIVO - TRACE BOARD	01
20	GRAVADOR DE DVD - LG (HD 160GB) MODELO: RH397H	01



21	200W - LEACS- MODELO: TP12 CAIXA ACUSTICA	02
22	FILMADORA DIGITAL - SONY- HVR-Z1	01
23	TRIPE PARA FILMADORA - FIRST- MODELO: 8115	01
24	TELA DE PROJEÇÃO MOTORIZADA- NARDELLI-MODELO: ERS	01
25	TELEVISOR EM CORES - SEMP 10 POL. (N.S.: AA000912)	01
26	MONITOR DE VIDEO LCD- COBT-MODELO: TF-TV700 LCD-7"	01
27	Televisor LED – descrição: TV FUL HD SMART TV 3D, F7500 55 polegadas marca PHILIPS – modelo 55PFL8008G/78	01
28	Câmera webcam _ 1280 X 720 PIXELS, 30 FPS, 1MBPS	01
29	Caixa acústica – Descrição: MINI (RETORNO 12” ARPAM) COM CH. SELETORA	01
30	Tripé para câmera – marca: MATTEDI – modelo: M10K	01
31	Vídeo Conferência – marca: SONY – modelo: PCS_ G50	02
32	Tela de projeção _ Descrição: 1,80 X 1,80M – marca: NARDELLI _ modelo: NR003	01
33	Tela de projeção _ Descrição: 2,00 X 2,00M – marca: NARDELLI – modelo: NRT005	01
34	Caixa acústica staner PS100P(8OHM)	19
35	Monitor de vídeo LED – marca: DELL – modelo: P2012H – descrição: 20 POLEGADAS	01
36	Caixa Acústica Lando Mod CC60	08

2.7 - Equipamentos a serem mantidos, sob controle técnico operacional da Divisão de Capacitação de Recursos Humanos (Salas de Treinamento):

ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
1	Amplificador UNIC Modelo AC 1400	01
2	Microfone LESON Modelo DB88	01
3	Microfone LESON Modelo SM58BK	02
4	Microfone de Lapela TSI Modelo MS115CLI	01
5	Projeto Multimídia SONY Modelo VPLCX120	01
6	Projeto Multimídia SONY Modelo VPLDX146	03
7	Projeto Multimídia SONY Modelo VPLCX86	01
8	Projeto Multimídia SONY Modelo VPLCX76	01
9	Televisor LDC– Descrição: 47 polegadas, marca: PHILIPS – modelo: 47PFL7403	02
10	Microfone sem fio – marca: LYCO – modelo: UH_ 01M	01
11	Caixa acústica – marca: STANNER – modelo: LA_90	04
12	Televisor em cores – descrição: 10 polegadas – marca: SEMP TOSHIBA – modelo: TV_100	01
13	Projeto multimídia _ marca EPSON – modelo: POWERLITE S31 + 3200 – acessórios: Controle remoto e cabo VGA	02



2.8 - Equipamentos a serem mantidos, sob controle técnico operacional do Núcleo de Recursos Fonográficos, que compõem o sistema audiovisual do plenário e das salas de sessões das turmas:

ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
1	Tape deck AKAI mod HX R44	01
2	Caixa acústica Control 10 JBL	01
3	Microfone Profissional Gooseneck CSR-GM 11 (Subsecretaria da 5ª Turma Especializada)	01
4	Amplificador de potência EX-2000 ATTACK	01
5	Amplificador marca NASHVILLE NA 2200 PRO (325 W RMS)	01
6	Amplificador HOTSOUND HS 300	01
7	Equalizador gráfico CICLOTRON TGE 2312	01
8	Deck TEAC W-790R	01
9	Mesa de som CICLOTRON CMC 40 XLS	01
10	Equalizador Gráfico Berhinger GEQ 3102	05
11	Compressor Estéreo Alesis 3630 2 canais	07
12	Equalizador Gráfico 31 Bandas	01
13	Amplificador CICLOTRON MOD. DKB 1500	01
14	Mesa de som CICLOTRON CSM 16 CANAIS	06
15	Headphone marca AKG tipo concha	20
16	Microfone de Mesa Tipo Gooseneck MF marca TSI Modelo MMF202	103
17	Amplificador Applause modelo PA -400	06
18	Microfone profissional com fio modelo 650 SW, marca TSI	06
19	Gravador de DVD-HDD 160 GB, CONEXÃO HDMI, time machine com 6 horas, USB PLUS marca LG, modelo DVDRH 397H	17
20	Monitor de TV digital, tela plana LCD de LED de 55 polegadas, resolução "full hd" com decodificador digital HDTV embutido, modelo LG 55LV3500.	01
21	Distribuidor e amplificador de vídeo composto (Booster Splitter) marca Migtec, modelo VB01.	01
22	Distribuidor de vídeo composto, modelo DV 150 marca Transcortec.	03
23	Distribuidor de vídeo VGA/XGA, modelo DVGA 180 marca Transcortec.	03
24	Seletor de áudio e vídeo composto modelo SV 420 marca Transcortec.	01
25	Aparelho DVD Blu-Ray, marca Sony, modelo BDP - S380.	01
26	Painel de Conexão Audiovisual para fixação na parede, composta por caixa e tampa, para instalações aparentes do tipo sobrepor, e acompanhada de uma tomada AC, um conector VGA fêmea e um conector RCA fêmea, marca PISMA, modelo CX.	08
27	Modulador de RF ágil programável VHF-UHF cabo F.I, para utilização na modulação de canais gerados localmente, marca Ágil, modelo MD.	02
28	Monitor de vídeo 9' – tela LCD com TV VHF E UHF, marca BAK MONITOR 9'	08
29	GRAVADOR DE VOZ marca Sony modelo PX 312; descrição digital; ESTÉREO 2GB; ligação a PC microfone mono; MP3; bateria AAAX2	18
30	EQUALIZADOR GRÁFICO ESTÉREO PROFISSIONAL 31 bandas para aplicações ao vivo e de estúdio (89x482,6x 150mm; peso 2,5Kg Marca BEHRINGER	02



31	COMPRESSOR DE SOM – descrição: de áudio; marca: ALESIS modelo 3630	02
32	CAIXA ACÚSTICA AMPLIFICADA 2 VIAS; 200 W (RMS) MARCA MACKIE; MODELO: TH15-A	02
33	MESA DE SOM DIGITAL/48 CANAIS – marca Yamaha- modelo M7CL-48	01
34	MONITOR DE TV DIGITAL MARCA SHARP 90” CLASS AQUOS HD SERIES LED SMART TV	2
35	Caixa de Som com Subwoofer 80Wrms – Multilaser – Modelo: SP177	7
36	Controlador de Câmera – Descrição Joystick	7
37	Seletor de Vídeo Composto 6x1	1
38	Amplificador de áudio, marca Hayonik, modelo SA2600.	1
39	Amplificador de áudio, marca Hayonik, modelo SA2400.	1
40	Microfone Profissional Le Son SM-58 plus	4
41	Microfone Profissional Le Son SM-58BK	2
42	Fone de Ouvido – Marca: Philips – Modelo: SHP 2500	12
43	TV Digital Portátil BAK LCD 7 Polegadas Colorida	6
44	Placa de Captura Intensity Shuttle – Sony – Modelo: RMBR300	8
45	Headphone Marca AKG – Modelo: K52	10
46	Câmera Sony EVI – D80	9
47	Microfone de Mesa – Gooseneck – Modelo: TSI MMF302	16
48	MESA DE SOM . - DESCRICAO: 16 CANAIS COM 4 CANAIS AUXILIARES - MARCA: CICLOTRON - MODELO: CSM 16 ISC	1

2.9 - Equipamentos a serem mantidos, sob controle técnico operacional da Assessoria de Comunicação Institucional.

ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
1	KIT DE AUDIO BOOMPOLE – MARCA: RODE – MODELO: HT81	1
2	VTR DIGITAL – MARCA: SONY – MODELO: HVR M35	1
3	MICROFONE DE LAPELA – DESCRIÇÃO: CONDENSADOR – UNIDIRECIONAL PARA SISTEMAS SEM FIO – MARCA: SENNHEISER – MODELO: ME2	2
4	TELEVISOR LED – DESCRIÇÃO: LED / 24” / FULL HD / CONEXÕES HDMI E USB / CONVERSOR DIGITAL E ENTRADA PARA PC – MARCA: SAMSUNG – MODELO: T24A550	1
5	MONITOR DE VIDEO LCD – DESCRIÇÃO: HD/SD WIDESCREEN DE 26 POL. – MARCA: PANASONIC – SERIE: D2TWA0022	1
6	CAMERA FILMADORA – DESCRIÇÃO: LENTE INTERCAMBIÁVEL, GRAVAÇÃO EM HDV, DVD CAM E DV EM FITA CASSETE MINIDV, TELA LCD XTRAFINE DE 3,22”, SAÍDA HDMI, CARREGADOR/ADAPTADOR AC, CABO DE VÍDEO. – MARCA: SONY – MODELO: HVR_Z7N	1
7	DISCO RIGIDO (HD) – DESCRIÇÃO: EXTERNO 3.0 TB – MARCA: SAMSUNG – MODELO: HX_D301TDB/G – SERIE: E3A9JJHD403FD7	1
8	ILUMINADOR DE LED – MARCA: YONGNUO – MODELO: YN300 – DESCRIÇÃO: ILUMINADOR LED PROFISSIONAL, FONTE DE LUZ: 300 LEDS, FORÇA: 18W, LUMINOSIDADE: 2280 LIMENS	1



9	CAMERA FILMADORA – DESCRIÇÃO: CÂMERA COM UM NOVO DESIGN DE OMBRO E TRÊS SENSORES CMOS EXMOR, FULL HD 1/2” DE ÚLTIMA GERAÇÃO – MARCA: SONY – MODELO: PMW_320K – SERIE: 106246	1
10	LEITOR DE CARTÃO DE MEMORIA – DESCRIÇÃO: LEITOR/GRAVADOR DE CARTÃO DE MEMÓRIA – MARCA: SONY – MODELO: SBAC US_20 – SERIE: 0101205	1
11	MONITOR DE CAMERA – SERIE: 1462773 – MARCA: SWIT – MODELO: S107HF – DESCRIÇÃO: PAINEL LCD 7 POL (1024XRGBX600) SÉRIE Nº1462773	1
12	GRAVADOR REPRODUTOR – DESCRIÇÃO: GRAVADOR E REPRODUTOR DE VIDEO – MARCA: SONY – MODELO: HVRM35	1
13	CAMERA FILMADORA – DESCRIÇÃO: FILAMDORA PROFISSIONAL. ACOMPANHADA DE: 4 BATERIAS RECARREGÁVEIS DE INFOLITHIUM; 2 CARTÕES SDHC CLASS 10 32GB – MARCA: SONY – MODELO: NEX_FS100N	1
14	ILUMINADOR DE LED – DESCRIÇÃO: BATERIA ACOPLÁVEL A FILMADORA SONY HVL_LPB	1
15	CARREGADOR DE BATERIA – DESCRIÇÃO: CARREGADOR DE BATERIA	1
16	UNIDADE DE GRAVAÇÃO. – DESCRIÇÃO: UNIDADE DE GRAVAÇÃO FLASH	1
17	MICROFONE DE LAPELA – DESCRIÇÃO: MICROFONE DE LAPELA SEM FIO MODELO DO RECEPTOR: URX_P03 MODELO DO TRANSMISSOR: UTX_B03 – MARCA: SONY	1
18	MICROFONE COM FIO – DESCRIÇÃO: MICROFONE DE MÃO F112 – MARCA: SONY	1
19	GRAVADOR PORTÁTIL – DESCRIÇÃO: GRAVADOR DIGITAL PORTÁTIL – MARCA: ZOOM – MODELO: H4N	1
20	MICROFONE SEM FIO – DESCRIÇÃO MICROFONE SEM FIO PARA EXTERNA – MARCA SENNHEISER – MODELO EW112PG3	1
21	MICROFONE LAPELA – DESCRIÇÃO: MICROFONE DE LAPELA – MARCA: SENNHEISER – MODELO: ME2	4
22	MICROFONE PROFISSIONAL – DESCRIÇÃO: PROFISSIONAL – MARCA: LESON – MODELO: SM58	1
23	MICROFONE SEM FIO PARA CÂMERA – MARCA: SONY – MODELO: F780	1
24	MICROFONE PROFISSIONAL – MARCA: SONY – MODELO: F780	1
25	MICROFONE SEM FIO PARA CÂMERA – MARCA: SONY MODELO: UWPC2	1
26	MICROFONE LAPELA – DESCRIÇÃO: MICROFONE DE LAPELA – MARCA: SENNHEISER – MODELO: EW122G2	2
27	RECEPTOR PARA MICROFONE – MARCA: SONY – MODELO: CA_WR855	1
28	CARREGADOR DE BATERIA – DESCRIÇÃO: PARA CÂMERA MOD. VL_2_PLUS	1



3 - DO EFETIVO MÍNIMO E DAS ATRIBUIÇÕES: Deverá ser disponibilizado o seguinte efetivo mínimo:

Item	Categoria	Quantitativo
1	Encarregado Geral (CBO - 7301-05)	1
2	Técnico em Eletrônica ou Eletrotécnica (CBO-3132-05)	2
3	Operador de Áudio e Vídeo (CBO - 3744-05)	3
4	Emendador Linha Telefônica (CBO - 7321-10)	4
Total do Efetivo ----->		10

3.1 - **Encarregado Geral:** com formação em eletrônica ou eletrotécnica e devido registro no CREA, ficará responsável pelas seguintes atividades:

3.1.1 - Fiscalização e coordenação dos serviços executados pelos demais profissionais residentes;

3.1.2 - Elaborar relatórios mensais sobre os serviços prestados;

3.1.3 - Entregar mensalmente toda documentação trabalhista que for necessária e solicitada;

3.1.4 - Controle da presença dos empregados de forma a garantir que os postos de trabalho ora contratados estejam sempre ocupados;

3.1.5 - Manutenção preventiva e, quando necessária, corretiva nos equipamentos constantes do item 2 do presente Anexo I;

3.1.6 - Instalação, substituição e remanejamento de equipamentos, sonofletores, potenciômetros e cabeamentos do sistema audiovisual;

3.1.7 - Operação, testes e monitoramento dos equipamentos que compõem o sistema audiovisual, elencados no item 2 do presente termo;

3.1.8 - Montagem de cabos de áudio e vídeo;

3.1.9 - Dar suporte operacional na montagem e operação de equipamentos em eventos e serviços externos.

3.1.10 - Executar outras atividades correlatas.

3.2 - **Técnico de Eletrônica ou Eletrotécnica:** com formação em eletrônica ou eletrotécnica, registro no CREA e experiência comprovada em equipamentos de sonorização, que ficarão responsáveis pelas seguintes atividades:

3.2.1 - Montagem, operação e testes dos equipamentos que compõem o sistema audiovisual, elencados no item 2 do presente termo;

3.2.2 - Manutenção preventiva e, quando necessária, corretiva nos equipamentos constantes do item 2 do presente Anexo I;



3.2.3 - Montagem de cabos de áudio e vídeo;

3.2.4 - Executar outras atividades correlatas.

3.3 - **Operador de Áudio e Vídeo**: com experiência comprovada em sistemas audiovisuais, que ficará responsável pelas seguintes atividades:

3.3.1 - Instalação, substituição e remanejamento de equipamentos (elencados no item 2), sonofletores, potenciômetros e cabeamentos do sistema audiovisual;

3.3.2 - Operação, testes e monitoramento dos equipamentos que compõem o sistema audiovisual, elencados no item 2 do presente termo;

3.3.3 - Montagem de cabos de áudio e vídeo;

3.3.4 - Dar suporte operacional na montagem e operação de equipamentos em eventos e serviços externos.

3.3.5 - Filmagem de eventos internos e externos;

3.3.6 - Monitoramento de áudio em eventos internos e externos;

3.3.7 - Operação dos equipamentos para videoconferência;

3.3.8 - Faz parte, ainda, das atribuições do operador de Áudio e Vídeo: o transporte, montagem, desmontagem e o armazenamento dos equipamentos em locais definidos pela fiscalização;

3.3.9 - Executar outras atividades correlatas.

3.4 - **Emendador Linha Telefônica**: residente, com experiência comprovada em rede de cabeamento, ficará responsável pelas seguintes atividades:

3.4.1 - Manutenção, confecção e ampliação de rede de cabeamento (estruturado e convencional);

3.4.2 - Instalação, programação, substituição e remanejamento de equipamentos inerentes a rede de cabeamento (estruturado e convencional);

3.4.3 - Montagem de rack e DG de voz, com distribuição de cabeamento em blocos, patch panel ou voice panel;

3.4.4 - Certificar rede de cabeamento estruturado;

3.4.5 – Entende-se por instalação a confecção de todas as ligações, bem como passagens de todos os cabos necessários ao perfeito funcionamento de equipamentos ou materiais. Caso seja necessária, para conclusão da instalação, obras ou ajustes na alvenaria ou forração o mesmo será de responsabilidade do Contratante;

3.4.6 - Executar outras atividades correlatas;

3.4.7 - Ressaltando que no caso de manutenção corretiva da rede de cabeamento, as peças e componentes necessários serão adquiridos pelo Contratante.



4 - DA INSPEÇÃO PREVENTIVA:

4.1 - DO SISTEMA DE SOM AMBIENTE E AVISOS E DO AUDITÓRIO:

4.1.1 - Deverá ser executada uma vistoria inicial no sistema de sonorização e equipamentos da central de sonorização ambiente, cabendo à Contratada a elaboração de **relatório e parecer minucioso**, informando sobre possíveis irregularidades encontradas e a devida solução para o problema. O prazo de execução da vistoria e entrega do relatório é de 10 (*dez*) dias úteis, a contar da data de início da vigência do contrato.

4.1.2 - A vistoria deverá ser repetida mensalmente, com elaboração **de relatório e parecer mensal**, a ser entregue junto com o documento fiscal, no qual deverão constar a condição dos equipamentos e das instalações, incluindo todos os microfones do sistema de avisos, sonofletores e potenciômetros instalados no complexo do TRF, devendo constar, ainda, qualquer irregularidade existente, bem como as sugestões para a melhoria do sistema. A não realização da vistoria e/ou entrega do relatório formal será condição de óbice ao pagamento do documento fiscal.

4.2 - DO SISTEMA DE SOM DO PLENÁRIO E DAS SALAS DE SESSÕES DAS TURMAS:

4.2.1 - Deverá ser executada uma vistoria inicial em todo o sistema, a ser realizada na primeira sexta-feira de dia útil subsequente à assinatura do contrato, devendo ser executada semanalmente, todas às sextas-feiras, salvo se não houver expediente no Tribunal, hipótese em que a manutenção preventiva deverá ser feita no dia anterior imediato, a fim de garantir um melhor desempenho dos sistemas para a semana subsequente, sem o inconveniente de tumultuar audiências, visto que, às sextas-feiras, não são realizadas sessões.

4.2.2 - Deverão ser apresentados **relatório e parecer técnico mensal**, devendo ser entregue junto com a fatura, informando sobre as condições gerais dos equipamentos e das instalações, devendo constar qualquer irregularidade existente, bem como as sugestões para a melhoria do sistema, sob pena de suspensão do pagamento.

4.3 - EQUIPAMENTOS SOB O CONTROLE TÉCNICO OPERACIONAL DA ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS E DA ESCOLA DE MAGISTRATURA REGIONAL FEDERAL:

4.3.1 - Deverão ser executados, inicialmente, vistoria e testes em todos os equipamentos, sendo imediatamente relatada qualquer anormalidade, devendo ser repetido mensalmente ou sempre que houver eventos. O prazo de execução da vistoria e entrega do **relatório e parecer** é de 10 (*dez*) dias úteis, a contar da data de início da vigência do contrato.

4.4— EQUIPAMENTOS QUE COMPÕEM O SISTEMA DAS SALAS DE TREINAMENTOS:

4.4.1 - Deverão ser executados, inicialmente, vistoria e testes em todos os equipamentos, sendo imediatamente relatada qualquer anormalidade, devendo ser repetido mensalmente ou sempre que houver utilização dos locais. O prazo de execução da vistoria e entrega do **relatório e parecer** é de 10 (*dez*) dias úteis, a contar da data de início da vigência do contrato.



5 - DA EXECUÇÃO ESPECÍFICA DOS SERVIÇOS:

5.1 - CONDIÇÕES GERAIS:

5.1.1 - A jornada de trabalho dos profissionais residentes neste Tribunal deverá ser de segunda a sexta-feira, das 10:00 às 19:00 horas, sempre com intervalo de uma hora para almoço, perfazendo 08 horas diárias de efetivo trabalho. O horário de trabalho poderá ser alterado em função da necessidade de serviço do contratante ou quando houver serviço externo, como filmagens e eventos.

5.1.2 - A contratada deverá disponibilizar mecanismo próprio para controle de frequência e carga horária, onde deverão constar os dados completos dos empregados residentes, os dados da empresa e espaço para assinatura do funcionário.

5.1.3 - Observada a legislação pertinente e a convenção coletiva em vigor, deverá ser adotado **preferencialmente** o SISTEMA DE BANCO DE HORAS para compensar os trabalhos extraordinários efetuados a pedido do contratante, devendo ser previamente autorizado pelo contratado.

5.2 - DAS ATIVIDADES

5.2.1 - **O Núcleo de Recursos Fonográficos - NUREF** é o setor responsável pela operação e gerenciamento dos recursos audiovisuais em uso no Plenário e Salas de Sessão deste Tribunal.

5.2.2 - **A Seção de Manutenção de Telecomunicações - SECTEL/NUMAN** é o setor responsável pelo gerenciamento da infraestrutura de cabeamentos de voz em uso no Tribunal e seus Anexos, **Dom Gerardo, Rua Beneditinos, Rua Visconde de Inhaúma e Avenida Rio Branco**, devendo os profissionais Emendador Linha Telefônica, executarem os serviços, conforme demanda, em menor tempo possível, tendo em vista tratar-se de serviço de cunho essencial, bem como pela operação e manutenção do sistema de sonorização ambiente e aviso e pela manutenção dos equipamentos sob controle técnico operacional da Assessoria de Relações Públicas, Assessoria de Comunicação Institucional, Escola de Magistratura Regional Federal e das salas de treinamento da Divisão de Educação Corporativa.

5.2.2.1 - Ocorrendo vários eventos simultâneos, que ultrapassem o limite de atendimento dos profissionais residentes, o Encarregado preposto deverá solicitar a empresa o envio de profissional extra, para suprir a necessidade existente, sem a incidência de ônus adicional.

5.2.3 - A Contratante fornecerá todas as ferramentas e materiais necessários para execução dos serviços de cabeamento, exceto o equipamento necessário para certificação de rede que deverá ser providenciado pela contratada.

5.2.4 - Caso seja necessária a recuperação e/ou remanejamento de algum trecho da fiação, ficará a cargo da Contratada a desmontagem e posterior recolocação da forração, bem como a fixação das caixas de som, caixas de passagem e demais materiais.



5.2.5 - Quaisquer serviços de reparo e/ou remanejamento de fiação deverão ser executados sem interferir nas atividades normais do Contratante, podendo inclusive, mediante prévio agendamento, serem executados fora do horário de expediente da Contratante ou em finais de semana e feriados observado o disposto no item 5.1.3.

5.2.6 - Em serviços externos ao Tribunal, somente as despesas de locomoção, se existirem, serão de responsabilidade do Contratante.

5.2.6.1 – Os eventos em localidades fora do município do Rio de Janeiro e dentro do Estado do Rio de Janeiro, se ocorrerem, estarão limitados a seis por ano e sua duração será de, no máximo, 05 dias.

5.2.7 - Os profissionais da área audiovisual deverão realizar, uma hora antes do início de cada evento, testes nos equipamentos, com o objetivo de se evitar qualquer distúrbio no decorrer dos trabalhos. O mesmo deverá permanecer no local durante todo o evento até o encerramento de todo serviço, devendo resolver qualquer problema técnico que porventura ocorra.

5.2.8 – Deverá ser executado teste do sistema, no mínimo 5 dias úteis, antes de cada evento ou solenidade;

5.2.9 – Na data do evento ou solenidade, todo o sistema deverá ser ligado com antecedência mínima de 2 horas;

5.2.10 – Caberá à Contratada reparar qualquer falha em equipamentos do sistema audiovisual detectados durante manutenção preventiva ou testes de funcionamento. Deverá ser providenciada a substituição de equipamento defeituoso por backup próprio até o devido reparo, caso este não possa ser procedido até a data do evento.

5.2.11 - Caso seja necessária à recuperação e/ou remanejamento de algum trecho da rede de cabeamento, ficará a cargo da Contratada, por meio do Encarregado e dos profissionais de rede residentes.

6 - DA EXECUÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS:

6.1 - A Contratada deverá possuir laboratório, devidamente montado, de forma a torná-la apta a reparar qualquer defeito, seja de que tipo for, que porventura venha a ocorrer nos equipamentos que compõem os sistemas, descritos no item 2 e que não possam ser realizados nas dependências do Tribunal.

6.2 - A Contratada deverá reparar imediatamente, quando solicitado pela Contratante, todo o equipamento, constante do item 2, que porventura venha apresentar defeito. Os equipamentos que venham a ser retirados das dependências do TRF-2ªRG, para conserto na sede da empresa, deverão ser devolvidos, no máximo, em 30 (*trinta*) dias úteis.



- 6.2.1 - Quando o equipamento retirado para manutenção comprometer o funcionamento do sistema, a Contratada deverá providenciar a substituição imediata do equipamento por outro similar, até que seja restituído o equipamento defeituoso devidamente mantido.
- 6.3 - A Contratada deverá providenciar a recuperação dos equipamentos constantes das planilhas do item 2 deste Anexo, sem ônus para o Contratante, com o fornecimento das peças necessárias ao perfeito funcionamento dos mesmos.
- 6.3.1 - Quanto o custo do reparo ficar, comprovadamente, mediante a apresentação de 03 (três) laudos técnicos de empresas idôneas do ramo, superior a 50% do custo do equipamento, o reparo torna-se antieconômico, não havendo necessidade neste caso de ser efetivado, devendo a Contratada manter um backup até que o Contratante providencie a aquisição de um equipamento substituto.
- 6.3.2 - Quando, em função de descontinuidade, não for possível efetuar o reparo do equipamento por falta de peças de reposição no mercado, a Contratada restituirá o equipamento sem manter ao Contratante, acompanhado do devido laudo técnico.
- 6.4 - Os consertos que envolverem somente a mão de obra deverão ser realizados, preferencialmente, na sede do Contratante.
- 6.5 - Quando solicitado pelos setores competentes, caberá à Contratada elaborar especificação técnica completa de componentes e materiais, que serão adquiridos pelo Contratante para manutenção dos sistemas.
- 6.6 - A Contratada deverá encaminhar à sede da Contratante, mediante comunicação formal, os funcionários que atuarão como folguistas, para serem treinados pelos profissionais residentes dos serviços prestados de forma a não prejudicar o funcionamento dos sistemas mantidos.
- 6.6.1 - Os funcionários folguistas deverão possuir a mesma formação e experiência dos titulares a serem substituídos, seja qual for o motivo.
- 6.7 - Em caso de falta, não comunicada previamente ou atrasos superiores a 01 hora, a contratada deverá providenciar a substituição do funcionário em no máximo 2 (duas) horas após a comunicação.
- 6.7.1 - Em caso de não ocorrer a substituição, a contratada será penalizada, conforme previsto no item 7 deste Anexo, e deverá providenciar o devido desconto no documento fiscal mensal, com base no valor referente ao profissional ausente constante da planilha de formação de preços.
- 6.8 - A Contratada deverá estar apta a elucidar qualquer defeito, seja de que tipo for, que porventura venha a ocorrer, inclusive os que envolvam alteração do projeto inicial.
- 6.9 - As despesas decorrentes da aquisição e utilização de materiais de consumo serão de responsabilidade da Contratante.



6.9.1 - Entende-se por material de consumo, todo aquele que a Contratada fizer uso para realizar as devidas manutenções, tais como: solda, pequenas quantidades de fios, parafusos e semelhantes, fitas isolantes etc.

6.10 - A Contratada deverá supervisionar a instalação de materiais e componentes, fornecidos por terceiros, que porventura venham a integrar os sistemas, informando aos Setores competentes qualquer irregularidade ou fato relevante que porventura ocorram.

7 – DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

- 7.1 - O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO ANS, o qual define objetivamente os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.
- 7.2 - O não atendimento do ANS e a consequente redução do valor a ser faturado não inibe a aplicação das demais penalidades previstas no Edital e anexos.
- 7.3 - Ocorrerá, ainda, a retenção ou glosa no pagamento devido à Contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas. A aplicação do percentual de redução do valor a ser faturado por não atendimento do ANS obedecerá às tabelas 1 e 2, abaixo.

Tabela 01

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,5% dia sobre o valor mensal do contrato
3	1,0% dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,5% dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,0% dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2	
GRAU DA INFRAÇÃO	PONTOS MÍNIMOS PARA APLICAÇÃO DA INFRAÇÃO
1	6 (a cada 06 ocorrências durante a vigência contratual)
2	10 (a cada 05 ocorrências durante a vigência contratual)
3	12 (a cada 04 ocorrências durante a vigência contratual)
4	12 (a cada 03 ocorrências durante a vigência contratual)
5	10 (a cada 02 ocorrências durante a vigência contratual)



TABELA 3			
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
01	Manter funcionário sem qualificação para execução dos serviços	3	Por empregado e por dia
02	Executar serviço incompleto, paliativo, substantivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar;	2	Por ocorrência
03	Fornecer informação falsa de serviço ou substituição de material fora das especificações contratadas;	2	Por ocorrência
04	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais;	5	Por tarefa designada
05	Recusar-se a executar serviço constante do termo contratual, sem motivo justificado e acatado pelo Contratante;	5	Por ocorrência
06	Retirar do E.Tribunal e das Unidades sob sua gestão, quaisquer equipamentos ou materiais de consumo, sem autorização prévia do responsável;	1	Por item e por ocorrência
07	Retirar funcionários ou encarregado em serviço no E.Tribunal e nas Unidades sob sua gestão, durante o expediente, sem anuência prévia do Contratante;	4	Por empregado e por ocorrência
08	Deixar de enviar substituto, com a mesma qualificação do funcionário ausente, dentro do prazo de até 02 horas estipulado no contrato;	1	Por funcionário e por dia
09	Deixar de entregar esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante análise de documentação;	1	Por ocorrência



ANEXO III
DECLARAÇÃO

(Artigo 3º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, com a alteração implementada pela Resolução 9 de 06.12.2005 do CNJ)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 115-18

Proc. nº TRF2-EOF2018/254

_____, **DECLARO**, em face do disposto na Resolução nº 07 de 18.10.2005, alterada pelas Resoluções nº 009/2005 e 229/2016, do Conselho Nacional de Justiça, que:

() não tenho parentesco com nenhum Membro do Poder Judiciário ou servidor que exerce cargo em comissão de direção e assessoramento.

() Tenho parentesco com:

Nome:	Parentesco:	Órgão: CC*	MPJ*
_____	_____	_____	_____

*CC= ocupante de cargo em comissão

*MPJ= Membro do Poder Público

Observação:

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP)

Rio de Janeiro,

(Assinatura)



ANEXO IV
DECLARAÇÃO
(Resolução nº 156/12/ CNJ)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 115-18

Proc. nº TRF2-EOF-2018-254

_____, **DECLARO**, sob as penas da lei, que não estou incurso(a) em qualquer das hipóteses previstas em lei ou nos artigos 1º e 2º da Resolução nº 156 de 08.08.2012 do Conselho Nacional de Justiça.

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração e, ainda, a entregar as Certidões constantes do Art. 5º 1º da resolução 156/12- CNJ, acompanhadas do comprovante de autenticidade.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP)

Rio de Janeiro,

(Assinatura)



ANEXO V
DECLARAÇÃO

(Inciso VI do artigo 2º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, com a alteração implementada pela Resolução nº 229 de 22/06/2016 do CNJ)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 115-18
Proc. nº TRF2-EOF-2018/254

DECLARA, em face do disposto no inc. VI do art. 2º da Resolução nº 07 de 18.10.2005, alterada pela Resolução nº 229/2016, do Conselho Nacional de Justiça, que:

() Não há em seu **quadro societário** cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

() Há em seu quadro societário parentesco com:

Nome:	Parentesco:	Órgão: CC*	MPJ*
_____	_____	_____	_____

*CC= ocupante de cargo em comissão

*MPJ= Membro do Poder Público

Observação:

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP).

Rio de Janeiro,



(Assinatura)